

Geneci Guimarães de Oliveira*

Claudia Musa Fay**

A presente comunicação pretende discutir a contribuição que os chamados “lugares de memória” trazem para a compreensão da cidade de Itajaí como espaço de múltiplas funções. São muitos os elementos que fazem parte da dinâmica desta urbe, mas o principal destaque fica com a presença de um porto e de uma área de intenso lazer no verão. A profusão de interferências que tanto um quanto outro causam na vida cotidiana de seus habitantes, deve ser discutida e analisada sob todos os seus aspectos.

Partindo do pressuposto que nas sociedades tradicionais, baseadas na memória, o velho ideal era ressuscitar o passado, para Pierre Nora, na sociedade contemporânea, o novo ideal se resume a representá-lo através de lugares que cristalizam as memórias (tais como os museus e monumentos, bem como as fotografias que permeiam esses lugares). São justamente esses lugares de cristalização do passado que Nora entende como um lugar de memória.

Observadas as operações desenvolvidas pelo porto e os equipamentos que servem de atrativos à cidade, pode-se refletir a partir das fontes orais, literárias e midiáticas, o universo das práticas sociais, culturais e econômicas que estão presentes nas ações individuais e/ou coletivas daqueles que estão em permanente passagem ou daqueles que ali criaram raízes.

As diversas cidades que fazem parte do chamado Alto Vale do Itajaí, embora tenham elementos comuns em suas gêneses, como por exemplo o recebimento de um forte fluxo migratório, formaram complexos industriais distintos resultando na variedade de produtos, formação de mão de obra e a conseqüente disparidade na organização dos espaços urbanos.

Itajaí como uma cidade polo, situada ao norte do litoral de Santa Catarina, teve seu desenvolvimento pautado por uma dinâmica própria. Devido às características específicas de sua localização, contribuiu para o incremento da colonização e do fortalecimento econômico desta região. Rio e mar, porto e cidade serviam de acesso à comunicação e base de transporte, conferindo às empresas o apoio comercial necessário para a ampliação das colônias do vale.

* Doutoranda PPGHistória-PUCRS/CAPES – geneci.oliveira@acad.pucrs.br

** Prof^ª. Dr^ª do PPGHistória-PUCRS – cmusafay@pucrs.br

Dentre os diversos fatores que influenciam na dinâmica de uma cidade portuária merecem destaque os avanços tecnológicos que permitiram o fenômeno da globalização, que carrega consigo a evolução dos transportes marítimos. Para as novas exigências trazidas pela modernidade demandam estruturas portuárias mais adequadas, principalmente daqueles portos situados em espaços urbanos, cujas estruturas têm sido alvo de grandes mutações. Tais transformações exercem diferentes significados nas relações porto-cidade-empresa, que através da competitividade elaboram novos parâmetros de desenvolvimento econômico e social para as áreas em que estão inseridos.

O transporte marítimo, como meio de locomoção de cargas e pessoas, é um dos mais antigos e contribuiu, em períodos mais remotos, para o progresso e a comunicação entre os povos. Na atualidade, faz parte da chamada indústria dos transportes a qual é regida por regulamentação e regimes específicos. Conforme Rodrigues (2007, p. 22), “transporte eficiente é um dos elementos básicos para o desenvolvimento das nações, em especial as dotadas de grande extensão territorial”; neste caso o Brasil possui as premissas necessárias para investir no transporte marítimo, assim chamado pela utilização de mares e oceanos para a transferência de cargas.

Sabe-se que toda produção, seja de que natureza for, precisará movimentar-se no tempo e no espaço, portanto o custo necessário para o escoamento de um produto assume relevante importância na composição do seu preço final. Para Labatut (1990), o transporte marítimo possibilita que uma maior quantidade de mercadoria seja transportada de uma só vez, resultando em expressivo ganho no que diz respeito aos custos de frete e realizado com maior segurança.

Ao tratar da relação entre o porto e a cidade denota-se a marca de uma grande complexidade, desde logo produzida pela tradição histórica que ela determina nas funções estabelecidas e pela dimensão e intensidade de um processo que envolve uma das principais infraestruturas do sistema portuário para a região do Vale do Itajaí.

Numa retrospectiva histórica da cidade percebe-se que a região do Vale do Itajaí foi objeto de estudo de diversos pesquisadores, entre eles, Ferreira da Silva (1950), Seyferth (1974), Hering (1987), Richter (1992), Siebert (1997), Mattedi (1999), Theis (2000) e Frotscher (2003), que se preocuparam em analisar os núcleos urbanos e a forma de ocupação da região, evidenciando seus aspectos históricos e socioeconômicos.

Autores como Marcel Roncayolo (2001, p. 268-269) trazem para a reflexão desta pesquisa a importância sobre as representações da cidade como uma das formas para



compreender os conceitos que atores de um mesmo período avaliavam como importantes para apreender a cidade que partilhavam,

(...) A representação é ativa: ela não apenas ‘diz’ a cidade, ela ‘faz’ a cidade. O essencial na cidade moderna a partir do século XVII, é que ela é projetada. Não é mais a cidade existente que importa, mas os conceitos empregados para definir a cidade tal como deveria existir. Não se vai diretamente do econômico e do social à intervenção no espaço; passa-se pelo desvio das representações: através da cidade, mobiliza-se o conjunto dos dados científicos, paracientíficos, mágicos, imaginários e outros, que formam o equipamento mental de uma época.

Na esteira destas reflexões temos nos estudos de Chandler uma contribuição significativa no que diz respeito a principal tarefa do historiador que:

(...) sempre foi registrar e analisar os motivos, as alternativas e as ações dos homens cujas decisões afetaram diretamente muitas pessoas e indiretamente ajudaram a moldar as instituições nas quais o grosso da população exercia sua atividade diária. (McCRAW, 1998, p. 200)

Da mesma forma, David Lowenthal (1989, p. 148) colabora com a pesquisa ao afirmar que “a memória e a identidade estão interligadas, pois recordar o passado é uma forma de saber quem somos”. Assim, considerando que as empresas representam *locus* da memória coletiva, o presente estudo traz para o diálogo uma empresa do setor de agenciamento marítimo com atuação no Porto de Itajaí, em Santa Catarina, a G. Miranda Agência Marítima Ltda.

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa – cidade, porto e empresa – têm sido objeto de discussão das diversas correntes de teóricos contemporâneos que revelaram em suas pesquisas a importância do lugar diante dos novos princípios da urbanização modernista. Pesquisadores como Lynch (1997), entre outros, reforçaram e fixaram alguns conceitos, admitindo novos olhares para o espaço urbano que ultrapassava a simples consideração do aspecto funcional. A preocupação era trazer sugestões que dessem uma nova “roupagem” espacial através da inclusão de novos fatores como o sensível e a memória.

Na busca dos elementos que fazem parte de determinado sítio urbano encontra-se a indagação a respeito da interação entre os indivíduos que compõem este *locus*, a importância que é dada a alguns aspectos por alguns e certa irrelevância por outros, assim que,

As representações da cidade não escapam às determinações mais gerais e notadamente à ideia que tem as sociedades de seus espaços e do espaço em geral; o plano urbano, nós o vemos, portando em si mesmo, na origem, um princípio de organização que pode ser às vezes imagem e interpretação do mundo. As construções arquiteturais e urbanas correspondem aos domínios mais abstratos da filosofia. (RONCAYOLO, 1990, p. 161-162)

Portanto, se faz necessário uma análise detalhada que leve em conta os aspectos culturais, intelectuais e imaginários e os perceba como sendo fatores relevantes que incidem sobre a conformação da arquitetura e das estruturas urbanas.

Para corroborar com a pesquisa temos em PESAVENTO (1985, p. 287) a distinção que a autora estabelece no que tange a composição dos “leitores especiais da cidade”, cujas experiências os transformam em atores capazes de retratar as sensibilidades passadas do real vivido:

No tocante a estes ‘espectadores da urbe’, há que distinguir entre o que se poderia chamar de ‘cidadão comum’ ou ‘gente sem importância’, que constitui a massa da população cidadina, e os que poderiam ser designados como ‘leitores especiais da cidade’, representados pelos fotógrafos, poetas, romancistas, cronistas, pintores da cidade (...) que resgatam as sensibilidades do real vivido (...).

De acordo com a pesquisadora, “os homens comuns são capazes de elaborar representações, porém resgatá-las conduziria o historiador a “escovar a história a contrapelo” (PESAVENTO, 1995, p. 9), isto é, deve-se levar em consideração a perspectiva dos imaginários daqueles que habitam a urbe e as construções representativas daí resultantes.

A observação pressupõe que o ambiente elaborado e modificado provoca diversos efeitos e a percepção deles terá como decorrência uma forma diferenciada do modo como cada indivíduo se apropriou dos seus elementos durante a ação de transformação daquele espaço.

Esta nova construção da cidade vista e traduzida através das imagens e dos relatos passa, necessariamente, pela percepção baseada em um conjunto de “lógicas sociais” que se reelaboram através das avaliações lembradas do cotidiano e das disposições relacionadas à estética. Conforme refere PESAVENTO (1985, p. 284), construir-se deste modo “pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária”.

Os saberes, as transformações espaciais, os deslocamentos de bens, serviços e pessoas permitem uma análise dinâmica desta cidade e dos processos de inclusão/exclusão dos indivíduos, ou como Agier (2011, p. 58) propõe compreender a cidade, “do ponto de vista dos cidadãos, por ‘sobre os ombros’ deles, deslocando assim o olhar da cidade para as pessoas que vivem, sentem e ‘fazem a cidade’”.

Neste aspecto devemos nos debruçar sobre aqueles que compõem as relações sociais específicas de cada contexto histórico e suas singularidades que possibilitam uma multiplicidade destas manifestações com significados diversos.

Na cidade focada neste estudo percebe-se a formação de grupos de indivíduos, cujas manifestações culturais estão atreladas às relações sociais desenvolvidas nesta sociedade, como por exemplo as colônias de pescadores que marcam presença através das suas atividades cotidianas e da forte presença em festejos religiosos, como a construção dos tapetes coloridos na procissão de *Corpus Christi* e de eventos populares como a Marejada¹ que é marcada pela apresentação de produtos do mar através da culinária, das exposições e do folclore português.

Nestas festividades mesclam-se os ribeirinhos, trabalhadores, empresários, homens, mulheres, jovens e velhos, em que o resultado destas produções religiosas e socioculturais, dão a tônica das múltiplas perspectivas para o comportamento individual e coletivo na vida em sociedade.

Para reforçar a importância dos estudos realizados por pesquisadores ligados à nova história francesa e que se adapta perfeitamente ao presente esboço, necessita-se “(...) de uma ciência histórica que não mutile a vida das sociedades e que não eleve entre os diferentes pontos de vista sobre o devir dos homens as barreiras de subdisciplinas” (LE GOFF, 1998, p.18). Justifica-se, portanto, a busca de outros olhares, linguagens e escritos a respeito do elemento que se propõe pesquisar a fim de “descobrir suas condições de produção, delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-los tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram” (*ibidem*, p. 54).

O processo de desenraizamento cultural e de recriação cultural nas cidades, particularmente nas camadas mais populares, tendem a promover transformações nas formas de organização e de concepção de mundo dos grupos sociais. Ao perceber que o fenômeno urbano é o resultado da ação recíproca de indivíduos e de grupos no plano de trocas sociais, cabe destacar aqui a importância do estudo das redes e dos espaços sociais que assentam os indivíduos de acordo com suas trajetórias, posições e papéis, colocando à mostra suas aderências e desacordos no âmbito da cidade.

O antropólogo Gilberto Velho (1989, p. 32) também traz sua contribuição para o estudo das cidades ao analisar bairros do Rio de Janeiro, “onde ele situa Copacabana e mostra as características da paisagem urbana de seu objeto de estudo”. O autor faz uma descrição

¹ O nome está relacionado ao apelido que os pescadores deram ao sobe e desce das marés.



pormenorizada e atenta da composição do bairro, descrevendo a “floresta de prédios”, comércio, cinemas, restaurantes e bares.

Respeitando as devidas proporções da cidade de Itajaí em relação àquela estudada por Velho (1989), pretende-se observar as ocupações que iniciavam ao longo da margem direita do rio Itajaí-Açu, onde se podiam ver pequenas construções, alguns depósitos, depois transformados em pequenos escritórios e que, longo do tempo, foram dando lugar a grandes empreendimentos comerciais e hoteleiros.

Gilberto Velho (1989) ainda analisa aspectos do cotidiano de Copacabana como as atividades mais comuns no dia a dia das pessoas, e observa que são vistos trabalhadores de obras, empregadas domésticas, empregados de casas noturnas vindo ou saindo do trabalho, fazendo as primeiras compras e em determinados lugares, grupos de homens idosos aposentados.

Transpondo o olhar para a cidade portuária de Itajaí, o vaivém de pessoas acontece com mais vigor em torno do porto, as idas e vindas da Balsa que faz a travessia do rio Itajaí-Açu onde se misturam indivíduos, carros, motos e bicicletas num constante fluxo entre Itajaí e Navegantes. Observam-se também os cafés repletos de homens que fazem a primeira refeição do dia, as mulheres que se dirigem ao mercado público para o abastecimento de suas casas, jovens que seguem para as escolas ou para a universidade.

A diversidade observada nesta cidade – que se compõe também das mais variadas redes de relações centradas nas dimensões da família, vizinhança e trabalho – pode ser vista como um prosseguimento entre a casa, o bairro e os demais espaços da cidade; como refere Agier (2011, p. 192), “trata-se de uma familiaridade da cidade que ultrapassa as casas e os mundos domésticos conforme as circulações e mobilidades espaciais dos cidadãos”, isto é, “a vida relacional dos cidadãos amplia-se para outros lugares, alcança as dinâmicas sociais de diversos pequenos mundos urbanos e dota de sentido os ditos ‘não lugares’ da cidade” (*ibidem*, p. 193).

Ao refletir sobre o modo como a cidade é vivenciada e a forma como acontecem as inter-relações entre seus diversos componentes é importante valer-se da prática etnográfica a fim de descrever as situações experimentadas por aqueles que ali vivem, pois as entrevistas, os discursos ou as representações são insuficientes para se obter tais informações.

A cidade de Itajaí teve a preocupação com a preservação da sua memória, assim que, foi criado o Arquivo Histórico da cidade, onde começou a expandir a Fundação Genésio Miranda Lins, onde o início do século XXI marcou a criação de outro museu e com ele, as novas inquietudes a respeito das coisas materiais e imateriais daquele espaço urbano.



Inquietações de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina: inquietação de supor lutas e vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 2000, p. 7).

A Fundação Genésio Miranda Lins foi criada pelo governo Municipal de Itajaí, pela Lei nº 1.515, de 01 de dezembro de 1976. Ela é uma instituição sem fins lucrativos, cujos objetivos são exclusivamente culturais, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. Primeiramente, faz a opção de expandir os espaços físicos e a construção de uma historiografia oficial do município. Desta forma surgiram o Museu Histórico de Itajaí (1982), o Arquivo Histórico de Itajaí (1985), hoje denominado de Centro de Documentação e Memória Histórica e o Museu Etno-Arqueológico de Itajaí (2003).

Observa-se que todos eles são formadores de locais de salvaguarda da memória e seguem os princípios de museus e arquivos do século XIX, esquadrinhando uma identidade local que recai sobre os nomes de ilustres cidadãos desta cidade.

Entre as principais finalidades da Fundação destacam-se a conservação do patrimônio cultural do município; a organização e manutenção de suas Unidades Culturais; a salvaguarda de documentos históricos de toda natureza; a promoção, conservação e divulgação das tradições culturais e do folclore regionais; e a promoção de pesquisas nos sítios arqueológicos da cidade.

Em 1982, os membros do Conselho Curador, com o apoio da comunidade local, conseguiram o espaço para que a Fundação Genésio Miranda Lins pudesse se instalar e realizar as metas previstas em seu Estatuto, com a inauguração do Museu Histórico de Itajaí, no antigo prédio da Prefeitura Municipal, o Palácio Marcos Konder, cuja arquitetura eclética e sua história dentro do município o tornaram a peça mais importante do acervo do Museu Histórico, sendo, portanto, o local mais adequado para sua instalação.

Em 2001, o Arquivo Público ganhou prédio próprio. A Casa Lins, uma outra construção tombada pelo Patrimônio Histórico, foi restaurada, ganhou um prédio anexo, e passou, então, a abrigar a administração, as salas de pesquisa e todo o acervo do Arquivo, formando o chamado Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins.

O projeto de criação do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí foi submetido em 2003, aos órgãos competentes do Governo Federal, Estadual e Municipal, que regulam atividades relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural, foi aprovado integralmente e sua instalação foi nas dependências da Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, uma edificação construída na década de 1920 e tombada em 2002.



As eleições de 2004, provocaram mudanças na estrutura político-administrativa da Fundação, cujo organograma troca o cargo de "Diretor Geral" para "Superintendente" e o Coordenador de Unidade Cultural, passa a Diretor. Ainda foi extinto o Conselho Curador que existia há quase trinta anos pelo Conselho Deliberativo.

Desta forma, a Fundação Genésio Miranda Lins, através do Museu Histórico, do Centro de Documentação e Memória Histórica e do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí, é uma instituição cultural de referência em Itajaí, sendo também reconhecida por outras cidades da região e pelos mais importantes órgãos públicos do Estado de Santa Catarina.

Importante observar que tanto a aproximação quanto o afastamento das políticas instituídas pelos Governos Nacional e Estadual, a possibilidade de abertura de museus na cidade passa pelo interesse privado, cuja lógica é a do colecionismo. Denota-se que as intenções ganham destaque com a inserção de intelectuais locais que tinham interesse nessa unidade cultural, aliadas ao surgimento de museus municipais em todo o país.

A justificativa encontrada para o caso de Itajaí se ancora no crescimento da cidade e o desejo de conservar objetos há tanto tempo guardados, conforme refere Silveira Junior:

“Estamos na fase dos apartamentos e se tivermos um museu, para lá irão ser encaminhados velhos móveis de inestimável valor, louças, fotografias, até roupas, sem contar documentos e mil e uma preciosidades que, mudando-se para apartamentos ninguém sabe o que fazer com tudo isto.”

De acordo com os registros efetuados através de colunistas de jornais, Silveira recomenda que “(...) cuide da nossa história, da nossa linda cidade, João. Registre em fotos as coisas boas (as procissões as festas), mas registre também os eventos ruins, como as pequenas enchentes da Rua Sete, e ponha no seu museu”, envolvendo as pessoas da comunidade local na abertura do museu.

Outros espaços na cidade devem ser preservados, entre eles, o prédio situado na Praça da Bíblia, esquina da rua Heitor Liberato com a rua José Eugênio Müller, construído em estilo germânico, na década de 20, o prédio foi comprado pela família Renaux, de Brusque, recebendo o nome com que ficou conhecido até hoje: "Fábrica de Tecidos Renaux". Através do Decreto nº 5.910 de 27 de abril de 1999, o Prefeito Municipal de Itajaí, Sr. Jandir Bellini, homologou o tombamento do imóvel denominado Ex-Fábrica Renaux, inscrito no livro de Tombo Histórico da Fundação Cultural de Itajaí.

Definido como prédio ideal para a instalação da Biblioteca Pública de Itajaí, recebeu reforma total, para sediar a Biblioteca Pública Municipal e Escolar "Norberto Cândido Silveira



Júnior". Hoje, sendo uma realidade com objetivos definidos, a Biblioteca Pública "Silveira Júnior" forma cidadãos críticos, criativos e participantes, e um importante portal de ingresso à comunidade, que busca a informação, a pesquisa e o lazer.

Da mesma forma se destaca o Mercado Público de Itajaí, um popular ponto de encontro que faz parte da história e da memória afetiva do município. Após meses de reforma reabriu suas portas em junho de 2013 quando a cidade completou 153 anos. De acordo com a historiadora Marlene Rothbarth, que analisa a edificação e suas modificações ao longo dos anos e fala sobre seus aspectos históricos e culturais, "o prédio de 1917 não era assim, o estilo era bem europeu e tinha quatro torres, uma em cada abertura do Mercado. Mas houve um grande incêndio em 1936 e ele foi então reformado com arquitetura toda nova, que estava começando na época (a art déco)". A pesquisadora conta na entrevista concedida ao jornal O SOL DIÁRIO que:

"Me lembro do Mercado sendo usado para aquilo que foi construído: a venda de produtos agrícolas, depois com o aparecimento de algumas vendinhas. No pátio tínhamos grandes viveiros, e no centro ficava um homem fazendo sua tarrafa para vender. Aqui se vendia aves também, naquele tempo o meio ambiente não se preocupava muito com isso. No lado de fora de uma das portas tinha a barbearia do meu tio, e ele tinha alguns fregueses bem especiais. Entre eles o doutor Ivo Stein Ferreira, que era um grande médico da cidade". (O SOL DIÁRIO, 13 junho de 2013)

Nas suas lembranças estão presentes locais que marcaram sua infância e algumas transformações naquele espaço que guarda ao mesmo tempo as chamadas memórias, material e imaterial do mercado:

"Existia o que a gente chamava de venda do Seu João do Mercado. Quando eu era criança ia lá comprar bolinha de gude, que pra nós era bolinha de vidro. Tinha também um bar, que era usado pelas pessoas que gostavam de beber. Isso afastou o pessoal daqui e o Mercado ficou abandonado durante muitos anos. Até que houve nos anos 1970 uma reforma, e aí ele começou a ter esse modelo de trazer a história do que era o próprio Mercado antigamente. Essa volta foi exatamente pra tirar o estigma do bar, e pra fazer do espaço um local para as pessoas se encontrarem e vivenciarem Itajaí". (O SOL DIÁRIO, 13 junho de 2013)

O Mercado Público de Itajaí foi tombado pelo patrimônio histórico municipal em 1998, e mais tarde, em 2001, pelo patrimônio histórico estadual. Governo e comunidade defendem que este patrimônio histórico deve ter sua construção preservada pela memória que ela representa, ao mesmo tempo, há várias correntes que também veem no Mercado um lugar de encontro, de reunir os amigos para o lazer.

Ao longo dos anos, caracterizou-se por ser um lugar para saborear as comidas típicas com frutos do mar, transitar entre figuras ilustres da cidade e conhecer e comprar o artesanato



local, baseado principalmente em produtos de palha, cestarias, cerâmica e madeira. Toda semana o Mercado também era ponto de encontro de músicos e artistas regionais que se apresentavam para animar os visitantes. No repertório de canções especiais estão principalmente os fados portugueses e a Música Popular Brasileira. Portanto, quaisquer que sejam os motivos, deve-se compreender a importância destes espaços para a cidade, pois, atraindo o turismo que além das atrações desta cidade portuária pode usufruir dos seus espaços de memória.

Bibliografia

- D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Desenvolvimento Social/Comissão Municipal de Cultura, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUCCINI, Mariana. "Fragmentos de Memória: reinscrição de significados em documentários de compilação". *Contracampo*, v. 24, n. 1, Julho de 2012.
- FONTCUBERTA, Joan. A câmera de Pandora: a fotografi@ depois da fotografia. São Paulo: G. Gilli, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- HETHERINGTON, Kevin. "O tempo do Arquivo". *Revista Eco-Pós*, v. 14, n. 1, 2011.
- KONDER, Marcos. A Pequena Pátria. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Educação, 2003.
- JACINTO, Elizete Maria. Museu Histórico de Itajaí: Criação, Memórias e Experiências em Educação e Participação Comunitária. (Década de 1970 – 2007). 2007. P. 98. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), História, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "Retratos de Família: imagem paradigmática no passado e no presente". In SAMAIN, Etienne (org.). O Fotográfico. São Paulo: Hucitec / Senac, 2005.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- NORA, Pierre. Realms of Memory: the construction of the French Past (volume I: Conflicts and Divisions). Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. "Imagem e Memória". In SAMAIN, Etienne (org.). O Fotográfico. São Paulo: Hucitec / Senac, 2005.
- OLIVEIRA, Rafael Pereira. Políticas Culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006). P. 168. Dissertação de Mestrado de Curso (Mestrado em Administração), Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil Salvador: EDUFBA, 2007.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, 1996.
- AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. 213p.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2002.
- _____. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAIAFA, Janice. Aventura das cidades. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- LABATUT, Ênio Neves. Teoria e prática de Comércio Exterior. 3ª. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1990.
- LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). A história nova. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 26-64.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Ática 1997.
- LOWENTHAL, David. The past is a foreign country. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989. MATTEDI, Marcos Antônio. As enchentes como tragédias anunciadas: impacto da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. 1999. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia). UNICAMP, Campinas, 1999.
- _____. Subsídios para a análise das Relações Sociedade-Natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marco; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas (Orgs.).



Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Edifurb, 2000. p. 215-240.

McCRAW, Thomas K. (Org.). Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci: towards a phenomenology of architecture. New York: Rizzoli, 1979.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. Comércio exterior e a questão portuária. São Paulo: Aduaneiras, 1992. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional. 4ª. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

RONCAYOLO, Marcel. Villes et ses territoires. Paris: Gallimar, 1990.

_____. Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos. In: LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2001. p. 265-300.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 114p. VIBRANS, Alexander Christian; PELLERIN, Joel Robert Georges Marcel. Espaço rural: de espaço de vida a produto de consumo urbano? Observações sobre a bacia do Itajaí. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 38, p 99-113, jul./dez. 2004

Periódicos:

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2000. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2001. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2001.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2002. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2004. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2004.

JORNAL DO MUNICÍPIO. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, ano VIII, Ed. Nº 515 pág. 15, 2007.

JORNAL DO POVO. Itajaí: Itajaí, 24 de maio de 1975.P. 1. JORNAL DO POVO. Itajaí, 05 de fevereiro de 1977. P. 5.



JORNAL DO POVO. Itajaí, 16 de julho de 1977. P. 16.

O SOL DIÁRIO. Itajaí: 14/06/2013 – Confira a história do Mercado Público de Itajaí, que reabre neste sábado. (<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/06/confira-a-historia-do-mercado-publico-de-itajai-que-reabre-neste-sabado>)